

mente estudada em função de Deus e do Evangelho, mas em si e por si mesma, na sua realidade concreta. A partir desse momento, os ingleses denotaram sempre uma forte propensão pela realidade, uma desconfiança pronunciada para com toda abstração.

No século XIV, é ao inglês Occam que devemos a corrente nominalista da escolástica, que nega qualquer realidade aos conceitos universais e reconhece somente como verdadeiras substâncias as coisas concretas, singulares. Por este motivo, Occam considera também a vida político-econômica como a soma total dos fins particulares das vontades individuais e já não como um encadeamento teleológico uniforme de fins aos quais o indivíduo é subordinado.

No princípio da nova era, completamente divorciada do pensamento teológico, encontramos Bacon de Verulam, que já preconiza a ciência como o único meio possível para sujeitar praticamente as forças da natureza às necessidades do homem. Mesmo um espírito espiritualista como Berkeley pretende que "todas as pesquisas sobre algarismos devem ser consideradas a-pesar-de difíceis tão somente, como meros divertimentos, uma vez que não servem para o progresso da vida prática e não aumentam suas vantagens.

Assim, para a Inglaterra é o homem que serve sempre de critério a todos os conceitos e a todas as instituições. E' em função dele que ela aprecia qualquer acontecimento. Esforça-se por organizar o mundo conforme o seu proveito. Neste caminho, porém, não tarda a evidenciar-se que esse "homem concreto", que forma agora o centro das meditações, é um ser que, antes de tudo, depende de fatores econômicos e que, de todas as dificuldades com que tem de lutar, as econômicas ocupam o primeiro lugar. Assim é que os ingleses chegam automaticamente a uma nova ciência — a economia política.

Quando, na Idade-Média, os pensadores analisavam os problemas econômicos, sempre os encaravam pelo prisma de sua concepção filosófica universal, a qual, por sua vez, considerava cada acontecimento particular como entrosado numa grande ordem cósmica que ia culminar em Deus. Nem sequer Tomaz de Aquino chega a atribuir ao fenômeno econômico uma existência própria, a-pesar-de ter sido ele o primeiro a classificar a economia na categoria dos problemas éticos. Para ele também, tudo o que diz respeito à economia constitui ainda um fator subordinado a um fim transcendental.

Essa doutrina econômica escolástica sempre constituiu, pois, uma ética econômica. A economia política era considerada como um assunto teológico-moral. As questões ventiladas se referiam apenas ao valor moral das operações econômicas. Até a legitimidade e a importância dos impostos eram estudadas de pontos de vista ético-religiosos e apreciadas em função do fim celeste do Estado.

Saber se a cobrança de juros é compatível com os preceitos da doutrina de Cristo, e quais as condições pressupostas para que seja

lícita, qual o lucro máximo que se deve auferir duma mercadoria, quais as operações comerciais permitidas pelo direito canônico — eis os problemas tratados pelos teólogos professores de economia.

Na época do absolutismo, príncipes e homens políticos convenceram-se que a situação econômica de seus países dependia de determinadas leis. Aprendera-se a observar de mais perto os fenômenos que encontravam sua expressão numérica no balanço comercial e no produto dos impostos e a influenciá-los sistematicamente, mediante certas medidas legais. A-pesar-disso, exatamente como para a teologia moral, o que importava a esse "sistema mercantil" não era a riqueza e o bem-estar do indivíduo por si mesmo como fatores da economia. Do mesmo modo que os sistemas de origem religiosa tomavam para critério de tudo o fim sobrenatural, o mercantilismo media tudo em função da razão de Estado. Num como noutro, os interesses do indivíduo eram subordinados às conveniências duma organização superior.

Pelo contrário, o novo modo-de-ver liberal considera a economia como um mundo fechado em si, independente tanto de qualquer religião quanto do Estado e cujas leis causais se assemelham às que regulam os movimentos do céu estrelado. E' indispensável estudar essas leis para que os interesses dos particulares sejam salvaguardados do melhor modo possível. Desta maneira, forma-se agora uma economia política que constitui um sistema objetivamente científico, exclusivamente relativo ao homem concreto e que exclue estritamente quaisquer considerações de moral teológica e de absolutismo político.

O primeiro pensador que aplica esses princípios de maneira conseqüente, até o fim, é o professor escocês Adão Smith. Seu volumoso "Inquiry into the nature and Causes of the wealth of Nations", renuncia a estabelecer relações entre os fenômenos econômicos e Deus e a apreciá-los do ponto de vista moral, para considerar, pelo contrário, a produção e a circulação dos bens exclusivamente como o domínio autônomo e independente da aspiração individual de lucro.

Seja que Smith estude a história do dinheiro, as relações entre salário e trabalho, entre o preço dos víveres e a renda imobiliária ou a influência das descobertas sobre as idéias econômicas, — sempre insiste em que o bem-estar material constitui o fim supremo do homem e que, na economia, o egoísmo é a única mola de todos os atos.

* * *

Da Inglaterra é que provinham as idéias que levaram a França ao movimento enciclopédico e à Revolução. Ao passo, porém, que a filosofia inglesa tentara logo aplicar à realidade concreta todos os conceitos, limitou-se o espírito francês às noções nebulosas de "humanidade", "liberdade", "razão" e "bem público" e não teve a co-